Desembaraçando ocupação e atividade

Doris Pierce, PhD, OTR/L, FAOTA, Endowed Chair in Occupational Therapy, Eastern Kentucky University, 103 Dizney Building, 521 Lancaster Avenue, Richmond,

Kentuky 40475;

doris.pierce@eku.edu.

Copyright: Untangling Occupation and Activity by the AJOT, March/April 2001, V:55, n:2; by the American Occupational Therapy Association, Inc. Reprinted with permission.

Tradução: Joana Benetton

Revisão: Cecilia Cruz Villares

Palavras-chave: classificação — atividades e ocupações humanas — ciência ocupacional

Atividade e ocupação são dois conceitos centrais de terapia ocupacional que precisam ser diferenciados.

Ocupação é definida aqui como uma experiência única construída por uma pessoa dentro de um contexto único.

Atividade é definida como uma idéia geral, compartilhada culturalmente, sobre uma categoria de ação. A compreensão das questões de subjetividade e contexto, relativas aos conceitos de ocupação e atividade, é um elemento-chave para podermos desembaralhar os dois termos.

A diferenciação proposta destes dois conceitos em definições distintas é congruente com suas origens históricas e com tendências atuais de definição. Se ocupação e atividade são reconhecidas como dois conceitos separados, porém de mesma importância, elas oferecem uma série de relações teóricas muito ricas a serem exploradas.

A diferenciação entre ocupação e atividade trará uma clareza que irá enriquecer o discurso dentro da disciplina e da pesquisa, e também aumentará a eficácia de intervenção, a confiança e a força política da profissão.

Ocupação e atividade são dois conceitos centrais em terapia ocupacional, porém seus significados têm permanecido entrelaçados desde o começo da profissão. Os termos ocupação e atividade são em geral usados de maneira intercambiável (Golledge, 1998). A falta de diferenciação entre os dois produz um efeito desanimador no discurso disciplinar, impede a pesquisa, reduz a confiança e a efetividade dos profissionais, e abafa a voz política da profissão. Tal como o desatar de um nó em um projeto macramé ou liberar uma peça-chave de um puzzle, desembaraçar o significado de ocupação e atividade liberará travas na disciplina e na profissão. Eu afirmo neste artigo que ocupação e atividade são dois conceitos distintos, com problemas e potenciais específicos. Já é hora de separar ocupação de atividade.

A ânsia de questionar as definições dos conceitos principais de um campo de estudo é irresistível para acadêmicos. Estes debates revelam uma cultura acadêmica saudável e envolvente, que 1996; Wood, 1996). No campo da antropologia já foram propostas mais de 500 definições de cultura (Moore, 1992). Os antropólogos vêem a cultura como algo sempre presente e agindo em todos os aspectos da vida, e isso é típico da perspectiva de uma disciplina sobre a sua construção central. Definições dos conceitos centrais são a base das pesquisas de uma disciplina e formam a tradição de pesquisa a partir de suas ênfases e de seus valores.

Em terapia ocupacional, a necessidade de definições claras de ocupação e atividade é também instigada por forças competitivas no atual contexto do sistema de saúde. A reivindicação de uma fatia do mercado pela profissão é sustentada pela definição de como ocupação e atividade dão sentido à vida humana, e como possuem poder terapêutico para a recuperação. A American Occupational Therapy Association [AOTA], talvez impaciente com a lentidão das publicações e com as deliberações conflituosas dos acadêmicos, têm tentado clarificar conceitos através de comitês e documentos oficiais (AOTA, 1983, 1994, 1995). Entretanto, não é função de associações profissionais criticar teorias ou criar conceitos novos. "O propósito de uma profissão é prover um serviço necessário para a sociedade. O propósito de uma disciplina é gerar e refinar um corpo de conhecimento." (Ottenbacher, 1996, p.329). Felizmente, os acadêmicos permanecem fiéis a sua natureza e a discussão acerca do tema está crescendo

Para desfazer o emaranhado entre ocupação e atividade, várias estratégias já foram sugeridas. Nelson (1997) propôs que baníssemos o conceito de atividade e aderíssemos apenas à ocupação. O advento da ciência ocupacional (Zemke & Clark, 1996) parece ter estabelecido um selo acadêmico para o conceito de ocupação, enquanto que o conceito de atividade recebeu pouca atenção empírica. Alguns autores tentaram

estabelecer uma relação de hierarquia ent ocupação e atividade (AOTA, 1994, 199 Cynkin, 1995; Gray, 1997). O uso de estrutur categóricas como forma de organizar vário conceitos importados tem uma história respeitás Terapia Ocupacional (AOTA, 199 Christiansen, 1994, 1996; Lamport, Coffey, Hersch, 1993; Gray, 1997; Kielhofner, 197 Mosey, 1992; Trombly, 1995; Yerxa, 1998 Entretanto, com base na discriminação do definições proposta aqui, construir ocupação atividade como subclasses uma da outra não ser lógico (Foucault, 1970; Russell, 1989). Além diss este empenho agiria contra a compreensão do dois conceitos como entidades distintas igualmente importantes.

Neste artigo eu proponho definições coupação e atividade que desembaracem essitermos em dois conceitos igualmente válidos. A definições serão seguidas de (a) uma explicaçõe de como atividade e ocupação são diferente em relação à sua forma de lidar com subjetividac e contexto; (b) uma descrição da congruência de definições propostas de ocupação e atividade consuas origens históricas e definições atuais; e (uma breve revisão das relações potenciais entros dois conceitos. Por fim, eu comento sobre com poderemos fortalecer a disciplina e a profissão ao separar estes dois conceitos centrais.

Definições propostas de ocupação e atividade

Uma ocupação é uma experiência individua singular e específica, construída pessoalmente não reprodutível. Isto é, uma ocupação é ur evento subjetivo que ocorre numa dimensã percebida de espaço, tempo e condições sócic culturais, que são únicas naquele momente específico. Uma ocupação tem uma forma, ur ritmo, um começo e um fim, um aspecto

compartilhado ou solitário, um sentido cultural pessoal e um número infinito de outras qualidades contextuais percebidas. Uma pessoa interpreta a sua ocupação antes, durante e depois destas acontecerem. Embora uma ocupação possa ser observada, a interpretação do sentido ou conteúdo emocional de uma ocupação dada por outra pessoa além daquela que vivenciou aquele momento é necessariamente inexata.

Uma atividade é uma idéia que está na mente das pessoas e em sua linguagem cultural compartilhada. Uma atividade é classe geral de ações humanas culturalmente definidas. O significado dado pelo senso comum de atividades como brincar ou cozinhar nos possibilita comunicarmos de forma acessível e ampla em termos gerais sobre categorias de experiências de ocupação. Uma atividade não é vivenciada por uma pessoa específica, não é observável como um acontecimento e não é localizável em um contexto espaço-temporal e sociocultural.

Exemplos: diferenciando ocupação e atividade usando as definições propostas

Para ilustrar a diferença entre as definições, pense sobre "comer". A idéia de comer provavelmente irá instigar uma série de imagens e pensamentos, todos envolvendo comida: sensações, ações, talvez uma imagem comercial, lugares onde comemos, utensílios comuns e talvez imagens algo periféricas do ato de cozinhar. Quando alquém fala sobre 'comer' para um grupo, cada ouvinte cria uma representação mental diferente, entretanto todos compartilham a noção de que comer é uma atividade, ou uma classe de ações compartilhadas culturalmente definidas. Comer é uma idéia; "trabalhar" ou fazer "bungeejumping" são outras idéias gerais de atividades. Uma pessoa não precisa ter feito uma atividade para compreender o seu sentido cultural.

Agora, lembre-se do seu café da manhã hoje

cedo. O que vem à mente pode ser quando e onde você tomou café, o que você comeu, o seu humor naquele momento, o que significou ter tomado café da manhã naquele momento, quem estava lá, outras coisas que estavam acontecendo à sua volta, seus pensamentos enquanto comia, os pontos iniciais e finais, e a seqüência, as luzes, os sons, os cheiros, gostos e texturas. Foi uma experiência, a sua experiência, e nunca mais será repetida daquela forma exata. Teve um certo sentido em sua vida. Foi totalmente situada em um contexto real — o tempo, o lugar, o grupo social e o sentido cultural que você apreendeu naquele momento. Tomar café da manhã esta manhã hoje cedo foi uma ocupação.

O primeiro nó para desatar atividade e ocupação: subjetividade

Uma perspectiva-chave para diferenciar ocupação e atividade é a subjetividade. Uma ocupação é a experiência de uma pessoa, que é o único autor do significado da ocupação. Atividades são categorias descritivas mais gerais, cujos significados são compartilhados culturalmente e não se originam em uma pessoa.

Exemplos: diferenciando atividade e ocupação em termos de subjetividade

Considere o exemplo de "comprar". Comprar pode acomodar todos os tipos de pessoas, contextos e sentidos diários. Comprar é uma atividade — uma idéia geral compartilhada culturalmente sobre esse fazer. Mas quando compradores são abordados com a pergunta sobre o que estão fazendo, eles relatam experiências ocupacionais específicas. "Eu estou procurando um anel de noivado." "Eu estou construindo um deque e preciso de 14 buchas de seis centímetros." "Eu só estou curtindo!" Cada pessoa relata sua ocupação imediata, subjetiva e construída individualmente.

A importância de valorizar a perspectiva individual em ocupação

Ocupações e atividades são intimamente relacionadas porque a experiência pessoal é formada por, e forma, a experiência cultural compartilhada (Bourdieux, 1977; Heidegger, 1962; Malinowski, 1978). Harris (1981) descreveu a existência complementar dos sentidos 'emic' (a partir de 'phonemic'), o significado interpretado individualmente, e 'etic' (a partir de 'phonetic'), que é derivado de uma classificação cultural (Christiansen, 1994; Pierce and Frank, 1992). As duas perspectivas são essenciais para os terapeutas ocupacionais, tanto na prática clínica como no campo da pesquisa.

Ao definir ocupação como uma experiência pessoal, construída pelo indivíduo (perspectiva 'emic'), os valores humanísticos da profissão estão claramente representados dentro de uma definição básica a partir da qual o ensino, a pesquisa e a prática podem ser construídas. A profissão privilegia a interpretação pessoal da experiência sobre aquela da cultura (Yerxa, 1983, 1991). A formação do terapeuta ocupacional busca desenvolver um profissional que compreenda a experiência da doença e busque a mudança a partir das experiências de ocupação de seus pacientes (Mattingly & Fleming, 1994). Para o terapeuta ocupacional, uma vida bem vivida é definida pela pessoa que a está vivendo. O crescente uso de metodologias qualitativas na pesquisa de terapia ocupacional é uma indicação do compromisso da profissão com a perspectiva subjetiva (Carlson & Clark, 1991; Yerxa, 1991). O maior foco teórico das pesquisas na questão da ocupação em relação à atividade, também sugere que a perspectiva 'emic', construída subjetivamente, é mais valorizada que a perspectiva 'etic' fornecida pelo conceito de atividade.

A importância de valorizar a perspectiva cultural em atividade

Contudo, a perspectiva 'etic' de idéias compartilhadas culturalmente sobre o fazer não deve ser descartada. Atividades oferecem ao campo um modelo geral descritivo e preditivo a respeito da experiência humana típica. Trabalhar brincar, cuidar-se, descansar e tudo o que se relaciona a estas práticas, são atividades Atividades também são repletas de valores culturais, como por exemplo, o jeito "certo" de fazer algo. Estes valores podem atuar como quias testados através do tempo para a experiência ocupacional ou como sistemas opressivos que limitam a liberdade e a criatividade. Por exemplo na cultura ocidental, o trabalho pago é extremamente valorizado, enquanto o trabalho doméstico e a diversão têm um valor muito baixo (Primeau, 1996). Por causa dos significados culturais que representam, idéias de atividade raramente poderão ser aplicadas de uma cultura para outra. Cada cultura terá as suas próprias idéias de atividade. Terapeutas ocupacionais devem conhecer as normas e as expectativas inerentes às idéias de atividade e as opções de atividades comumente consideradas pelas pessoas de acordo com sua idade, sexo, ou cultura.

O segundo nó para desatar atividade e ocupação: Contexto

A segunda principal perspectiva, para diferenciar ocupação de atividade, é o contexto. Existe uma diferença significativa entre o contexto de uma experiência ocupacional que não podemos repetir e que podemos localizar especificamente, e as expectativas flexíveis e gerais sobre contexto que são associadas a uma idéia de atividade.

Contexto é comumente concebido como algo que existe além ou em volta de uma pessoa, e que possui dimensões espaciais, temporais e socioculturais. (Pierce, em impressão) Contexto espacial inclui o corpo a partir do qual uma pessoa age, além de os objetos, espaços e condições do seu ambiente físico. Contexto temporal inclui a hora do dia, a seqüência, a duração e outras qualidades temporais. O contexto sociocultural inclui pessoas, relações, instituições e significados sociais e culturais da situação. Em uma ocupação, a pessoa percebe o contexto como uma dimensão rica, sensorial da experiência. A ocupação é concretizada e localizada em um dado contexto. Idéias de atividade, por sua vez, vêm carregadas de expectativas contextuais relativamente flexíveis.

Exemplos: contextos de ocorrência de ocupação, contextos prováveis de atividade

Considere "acampar" como um exemplo da forma como o contexto difere entre ocupação e atividade. A experiência ocupacional de acampar de uma pessoa terá condições especificamente percebidas: quem estava lá, o tempo, as paisagens, as caminhadas – todo o contexto espacial, temporal e sociocultural da experiência. Por outro lado, a atividade de acampar é uma idéia com implicações gerais em relação ao contexto: talvez uma barraca na floresta, um ritmo lento, uma fogueira. Há flexibilidade e falta de detalhes na idéia de atividade. Acampar poderia também acontecer na neve no Ártico ou na areia, em uma praia. O contexto da atividade não é real no sentido de que ela não acontece realmente, portanto não é percebida. Em uma idéia de atividade, o contexto é apenas uma associação geral ou uma probabilidade. O contexto da atividade existe na mente das pessoas de uma cultura, entre as versões variáveis de uma idéia de atividade.

A Impossibilidade de repetição de uma ocupação devido ao contexto temporal

A natureza não-repetitiva do contexto da ocupação a diferencia ainda mais da atividade. Os aspectos espaciais e socioculturais de uma ocupação até podem ser de alguma maneira reproduzíveis, mas isto seria muito incomum. O contexto temporal é impossível de se repetir. Ocupações têm um dia, uma hora, uma duração, um ritmo e uma següência que não irão se repetir no fluir do tempo. É claro que o tempo pode ser percebido como sendo cíclico (Hall, 1983). Em ocupações altamente ritualizadas, por exemplo, pode-se sentir a emoção de estar repetindo experiências passadas. Ainda assim, uma pessoa não é a mesma cada vez que ele ou ela se envolve em uma ocupação ritualística, e a experiência é sempre diferente. E mesmo o mais ardente defensor de uma visão cíclica do tempo também opera em uma percepção do tempo linear no dia-a-dia e está sujeito a um tempo de vida que é, infelizmente, limitado. Assim, a impossibilidade de repetição de uma ocupação estabelecida pela linearidade do tempo é uma diferença crucial entre ocupação e atividade. Uma ocupação acontece somente uma vez. Atividades não existem no decorrer do tempo, a não ser de forma variada, como uma idéia sendo comunicada, ou na mente das pessoas de uma cultura.

Análise crítica das origens históricas e visões atuais sobre ocupação e atividade

A diferenciação proposta neste artigo é sustentada pela análise crítica das perspectivas históricas e atuais sobre atividade e ocupação. Os dois conceitos têm origens teóricas distintas que se encaixam com as definições propostas aqui. Apesar do vasto emaranhado dos significados de ocupação e atividade, as definições atuais de ocupação movem-se na direção de identificá-la com uma experiência individual, enquanto que definições atuais de atividade enfatizam cada vez mais uma idéia culturalmente compartilhada sobre a ação humana. A congruência das definições de

atividade e ocupação propostas com suas raízes teóricas e tendências atuais de definição, sustenta a utilidade potencial da diferenciação dos dois conceitos para a disciplina e para a profissão.

Inícios separados: origens históricas de atividade e ocupação

A análise de atividade nasceu da adoção entusiasta por nossos fundadores das teorias de Frederick Taylor (1911/1967) e de Frank e Lilian Gilbreth (1911, 1916/1973a, 1916/1973b, 1920/1973c), que descreveram as atividades industriais em termos da melhor performance de um trabalhador treinado (Creighton, 1992; Peloquin, 1991). Essas teorias apoiaram as descrições detalhadas das ferramentas, dos movimentos e das ações dos músculos e ligamentos de diferentes tipos de trabalhos físicos e industriais. Frank Gilbreth (1991) foi nomeado membro fundador da "National Society for the Promotion of Occupational Therapy" (Sociedade Nacional para a Promoção da Terapia Ocupacional). Na França, Amar (1919/1980) adaptou a abordagem de atividades industriais para a reabilitação de veteranos da Primeira Guerra Mundial. Ele avaliou cuidadosamente a física das funções do trabalho, usando goniômetros e dinamômetros. Os veteranos eram então treinados para retomar estas funções através de exercícios físicos graduados, do aprendizado de atividades manuais e da utilização de próteses. Nesta abordagem de análise de atividades, o padrão culturalmente correto guiava a intervenção. A Terapia Ocupacional nos Estados Unidos incorporou diretamente a teoria de eficiência industrial como o que havia de mais avançado naquele tempo, fazendo do expertise em atividade o cartão de visitas da profissão (Creighton, 1992; Peloquin, 1991).

O significado de ocupação não está enraizado na análise padronizada de tarefas, mas sim na

experiência da pessoa (Clark, Wood & Larson, 1998; Meyer, 1922/1977; Peloquin, 1991). Ao adotar os valores do movimento de tratamento moral, os fundadores da Terapia Ocupacional enfatizaram a perspectiva da pessoa envolvida na intervenção e as mudanças em suas atitudes, habilidades e saúde. O treino de hábitos visava a ajudar o cliente a se organizar dentro de uma rotina diária saudável (Slagle, 1922). Em seu treinamento, os terapeutas eram incentivados a "buscar o coração" (Carlova & Ruggles, 1946, p.249) ao procurar desenvolver ocupações terapêuticas sob medida, que fossem tocar e reabilitar pessoas específicas. Em 1919, Dunton pediu que fossem realizadas pesquisas sobre a forma diferenciada com que cada cliente vivenciava a experiência da ocupação (Peloquin, 1991). Os valores do Movimento de Artes e Artesanato são claramente entrelaçados na definição de ocupação: a importância dos trabalhos artesanais, a qualidade da experiência de cada trabalhador e um espírito de resistência aos efeitos massificantes da industrialização (Clark ect al., 1998; Cross, 1990).

Revisando as origens históricas de ocupação e atividade, podemos ver que o emaranhado de suas definições tem origem em uma dinâmica entre duas perspectivas teóricas distintas que foram incorporadas simultaneamente na base do conhecimento da profissão em seus primórdios. As teorias iniciais a partir das quais estes dois conceitos brotaram eram distintas, especialmente na ênfase que davam à interpretação e à experiência da pessoa que estava sendo tratada na terapia ocupacional. Ademais, o campo ainda era novo e o trabalho de diferenciar estas perspectivas relacionadas não era uma das questões mais importantes. Hoje estamos em um momento propício para uma teoria mais crítica e o emaranhado pode ser desfeito.

Definições atuais de atividade e ocupação: Uma diferenciação emergente

Existem muitas definições de ocupação e menos definições de atividade. As definições de ocupação diferem em seu propósito: comemorativa (Clark at al, 1991; Yerxa et al, 1989), funcionalista (Crabtree, 1998), ou baseada em uma estrutura teórica distinta (Barrett & Kielhofner, 1998; Nelson, 1996, 1997; Wu & Lin, 1999). Praticamente todas as definições de ocupação se apóiam na palavra 'atividade'. É interessante notar que a necessidade de definir atividade não se faz tão evidente. Talvez acadêmicos tenham rejeitado o conceito de atividade considerando-o um conceito de menor valor para investigações (Golledge, 1998; Nelson, 1997). Entretanto, uma revisão das definições atuais demonstra que os dois conceitos estão ficando cada vez mais claros, separando-se simetricamente com a diferenciação proposta aqui.

A adoção do conceito de atividade intencional pela AOTA é importante para a compreensão atual do conceito de atividade. Em um artigo onde expressa sua posição, a AOTA (1983) declarou que atividades terapêuticas deveriam incluir um objetivo que fosse discernível para o cliente. Pesquisas deram suporte a esta posição demonstrando que atividades intencionais eram mais efetivas do que exercícios mecânicos, repetitivos (Lin, Tickle-Degnen, & Coster, 1997; Steinbeck, 1986; Trombly, 1995; Yoder, Nelson & Smith, 1989). Um exame dos métodos pelos quais estes estudos atribuíram propósito à atividade mostra que o foco destes estudos não era o quanto atividades terapêuticas eram mais ou menos valorizadas pelos clientes, mas se exercícios repetitivos e modalidades passivas eram tão eficientes quanto atividades com objetivos claros desenvolvidas pelo terapeuta, tais como operar uma furadeira com um pedal ou mover uma bola de pingue-pongue ao espremer um tubo de ar (Breines, 1984; Steinbeck, 1986). Com base nestas

evidências, 'atividade intencional' apresenta uma evidente falta de atenção ao contexto (Golledge, 1998).

Cynkin (1995) definiu atividade como "o resultado observável do uso das mãos ao serem energizadas pela mente e pela vontade" (p.9), uma clara adoção dos termos usados por Reilly (1974) para descrever o comportamento ocupacional. Para Cynkin, a diferenciação entre ocupação e atividade é uma questão de escala. Ocupações são categorias socioculturais amplas tais como trabalhar, brincar ou cuidar-se. Atividades são as ações mais especificas que vão constituir aquelas categorias maiores. A análise de atividades, tal como é ensinada hoje, foi largamente convertida e organizada num formato da terminologia uniforme da profissão (AOTA, 1994) que claramente delineia os aspectos componentes da atividade a ser analisada (Lamport et al., 1993).

Crepeau (1998) descreveu a análise de atividade como incluindo três aspectos. A "análise de atividade focada em uma tarefa" (p.136) é uma forma de compreender formas típicas de fazer as coisas, seus significados culturais e habilidades envolvidas. A "análise de atividade focada na teoria" (p.145) acrescenta uma teoria da prática à análise de atividade focada em tarefas para gerar idéias para seu uso terapêutico e para a adaptação das atividades. A "análise de atividade focada no indivíduo" (p.146) combina as duas outras formas de análise focando os problemas, os interesses e o estilo de vida específico de cada pessoa. A abordagem da análise de atividade para a intervenção de Crepeau é baseada na compreensão de atividades como grandes idéias culturais do fazer que podem ser analisadas em sua generalidade.

Em um livro sobre as idéias gerais compartilhadas sobre ações humanas na cultura ocidental, Fidler e Velde (1999) reconheceram que usaram os usaram os conceitos de atividade intencional e ocupação de maneira intercambiável. Embora Fidler e Velde tenham descrito brevemente o mundo interno, o simbolismo e a avaliação dos estudantes de sua experiência nos laboratórios de atividade, seu foco principal era a descrição das categorias de senso comum com relação à ação na cultura ocidental, como brincar, jogar, atividades ao ar livre (p.ex.: acampar, pescar), artesanato, autocuidado, artes e ocupações profissionais.

Esta breve revisão das definições de atividade demonstra que o significado do conceito de atividade está lentamente se tornando mais claro. As definições se mantêm próximas às suas raízes históricas na teoria da eficácia industrial, bem como à ênfase na ação com objetivos precisos que está no centro do artigo de posicionamento sobre atividade intencional da AOTA (1979). Atividade vai sendo identificada cada vez mais na profissão como uma idéia culturalmente compartilhada de ação humana.

Em um artigo de posicionamento da AOTA, um painel composto por profissionais qualificados procurou "diferenciar o termo ocupação de outros termos para sintetizar crenças tradicionais sobre sua natureza e seu valor terapêutico e para identificar fatores que têm impedido o estudo e a discussão do conceito de ocupação".(AOTA, 1995 p.1015). O artigo descreve as inúmeras dimensões de ocupação, do contextual ao espiritual, e faz uma revisão dos principais termos associados com ocupação. Em sua sabedoria, o painel de especialistas não arriscou uma definição de ocupação.

Alguns autores têm definido ocupação de forma a acomodá-la em uma teoria identificada. O Modelo de Ocupação Humana (The Model of Human Occupation) se reporta essencialmente ao conceito de comportamento ocupacional de Reilly (1974), ou "aquelas atividades que ocupam o tempo de uma pessoa, envolvem uma realização

(no sentido de resultado) e remetem às realic econômicas da vida" (Barrett & Kielhofner, p.525). Nelson (1997) definiu ocupação c "a relação entre uma forma e uma perform ocupacional. Performance ocupacional sign o fazer. Forma ocupacional significa o objet o formato que é realizado" (p.12). N definição, Nelson se aproxima de distir ocupação como uma experiência indivi (performance ocupacional) e idéias culturai atividade (forma ocupacional). Entretanto, termos de subjetividade e contexto os conceitos permanecem incompletam diferenciados. No uso popular, a pala performance denota fazer algo para audiência ou avaliar a ocupação segu padrões externos. O sentido cultural performance enfraquece o significado performance ocupacional como uma experiê subjetiva, individualmente interpretada, implicar a perspectiva de um observador. A disso, ao colocar os aspectos contextuais experiência somente dentro do form ocupacional ao invés de dentro da performa ocupacional vivenciada (Clark et al, 1998 autor perde a clareza da distinção entre id de atividades culturalmente compartilhado experiência ocupacional pessoal no tocante aspectos contextuais.

O conceito de ocupação também experimer um renascimento no centro da discip emergente da ciência ocupacional (Clark et 1991; Yerxa et al, 1989; Zemke & Clark, 19 A missão da ciência ocupacional — pesqu ocupação — traz a expectativa de avançar definições de ocupação para facilita operacionalização entre perspectivas teóri múltiplas. Clark et al (1991) ofereceu a segu definição de ocupação no texto de introdu sobre ciência ocupacional publicado "American Journal of Occupational Thera

(AJOT): "Nós definimos ocupação simplesmente como quantidades apreciáveis de atividades culturalmente e individualmente significativas nas quais o ser humano se envolve e que podem ser denominadas no léxico de nossa cultura" (p.301). Mais tarde, Gray (1997) usou uma redução fenomenológica para produzir a seguinte definição: "Ocupação é essencialmente percebida como 'fazer' pelo indivíduo, é direcionada a uma finalidade, possui significados para o indivíduo e pode ser repetida" (p. 16). Gray descreveu ocupação como uma subcategoria de atividade, uma inversão das relações de classe propostas por Cynkin (1995). A definição de ocupação dada por Gray é congruente com a posição subjetiva da definição proposta aqui. Ao enfatizar a interpretação pessoal de ocupação, a autora ecoou o movimento recente de identificar ocupação com a experiência pessoal (Clark et al, 1991; Nelson, 1997; Yerxa, 1983, 1991; Yerxa et al, 1989).

Relações entre ocupação e atividade

Uma vez explorada a partir do ponto de vista de uma clara diferenciação, fica evidente o potencial para o surgimento de novas teorias sobre a dinâmica entre ocupação e atividade. São muitas as influências de uma sobre a outra, fato que deve ter contribuído para que os dois conceitos permanecessem entrelaçados. As relações entre ocupação e atividade são apenas um exemplo das relações filosoficamente complexas entre cultura e linguagem, e entre o indivíduo e sua experiência em muitas disciplinas (Foucault, 1970; Wittgenstein, 1980). A seguir veremos brevemente as relações potenciais entre ocupação e atividade.

ldéia de atividade como guia para a experiência ocupacional

Idéias de atividade são simplesmente parte de nossas experiências de ocupação. Idéias de atividade não comandam a ocupação, mas servem como um guia geral quando nós contemplamos e nos engajamos em uma ação. As pessoas são livres para escolher uma idéia de atividade, modificá-la ou romper completamente com o conhecimento comum de como uma atividade é feita. A atividade é uma noção geral a partir da qual podemos começar. Nos diz o que esperar com relação aos nossos sentimentos, valores culturais, contexto físico e aspectos temporais. A partir daí improvisamos uma experiência dentro das condições apresentadas (Lave, 1988; Strauss, 1993). Às vezes, a atividade original que tínhamos em mente é abandonada no meio do caminho em favor de um outro tipo de experiência.

A experiência ocupacional molda as idéias de atividade

Experiências de ocupações acrescentam detalhe e precisão à idéia de atividade de uma pessoa. Assim, reconhecemos diferentes tipos de experiência relacionados a certas atividades como um indicador de autoridade e expertise em uma determinada área. As pessoas também moldam idéias de atividades de sua cultura ao compartilhar com outras pessoas impressões e narrativas sobre suas ocupações.

Dissonância entre idéia de atividade e experiência ocupacional

As pessoas estão simultaneamente conscientes do nível 'etic', ou cultural, do significado de uma atividade, e do 'emic', da experiência individualmente interpretada de uma ocupação. Por exemplo, ao assistir um jogo de baseball, você pode ter consciência tanto de sua experiência imediata como das expectativas gerais que você e os outros têm com relação a assistir um jogo de baseball. Às vezes a

experiência ocupacional não se encaixa com a idéia de atividade e uma experiência inesperada pode causar uma dissonância cognitiva em contraste com uma idéia de atividade. Voltando ao exemplo do jogo de baseball, talvez tenha chovido tanto que o jogo foi cancelado, ou você teve a sorte de pegar uma bola que saiu do campo.

Quantas atividades estão presentes em uma experiência ocupacional e viceversa?

Uma relação particularmente intrigante entre ocupação e atividade está presente no contexto temporal de uma ocupação. O início e o fim de uma ocupação ocorrem num tempo real, mas a segmentação do tempo - chunking - (Clark et al, 1991), é construída pelo indivíduo. Muitas idéias de atividade podem estar em jogo, e às vezes em conflito, dentro daquele segmento integrado da experiência. Por exemplo, alguém pode estar lendo um artigo na AJOT, escutando música e comendo uma maçã, tudo ao mesmo tempo dentro de uma única ocupação. Uma experiência ocupacional rotineira pode facilmente incorporar várias atividades (p.ex.: dirigir, falar ao telefone e escutar o rádio). Por outro lado, ocupações com as quais não estamos acostumados e requerem maior atenção podem ser segmentadas em pequenos pedacos e envolver somente uma idéia de atividade (Vallacher & Wegner, 1987). Uma idéia ampla de atividade, como se diplomar em alguma profissão, pode guiar um grande número de experiências ocupacionais espalhadas em vários anos. Este potencial temporal da ocupação de incluir várias atividades, ou o potencial de uma atividade de direcionar várias ocupações, é um forte argumento contra a tendência de se colocar ocupação e atividade em uma relação hierárquica estática.

ldéias de atividades como uma força da cultura que molda padrões ocupacionais

A idéia de atividade que a pessoa adquire da cultura mais ampla pode, com o passar do tempo influenciar o padrão constituído de ocupação de uma pessoa. Atividades vêm carregadas de valores culturais sobre o que é e o que não é bom fazer, quais recursos são necessários para se fazer coisas e de como alquém sente ou vive ao se engajar em certo tipo de ocupação. As atividades de trabalho, por exemplo, são muito valorizadas na cultura ocidental. Atividades que envolvem consumo de material também são altamente valorizadas. Os jogos e a mídia aos quais crianças e jovens adultos estão sendo expostos podem estar moldando os seus padrões ocupacionais de maneira que nós não podemos compreender totalmente. Atividades ritualísticas podem servir como guias para transições na vida como é o caso de casamentos, funerais e chás de bebê. E, certamente, a publicidade tem uma força significativa na transmissão de idéias sobre atividade.

Padrões ocupacionais como uma força demográfica que molda idéias sobre atividade

Novos padrões, ou padrões modificados de experiência ocupacional, quando em quantidade e abrangência populacional suficientes, podem introduzir ou mudar idéias culturalmente compartilhadas de atividade. Por exemplo, o uso freqüente de computadores, de alguns anos para cá, começou a introduzir novas atividades no nossa repertório cultural, como "surfar na internet" e mandar e-mails. A forma como pensamos sobre a atividade de comer atualmente também pode ser bem diferente de como pensávamos cinqüenta anos atrás. Hoje provavelmente visualizamos a cena de pegar um sanduíche no drive-through ac invés de imaginarmos uma família em volta de uma mesa de jantar.

O que ganhamos ao diferenciar ocupação e atividade?

Uma questão importante e pragmática é: O que ganhamos ao desembaraçar os conceitos de ocupação e atividade? Como é que, ao separar estas duas construções centrais, iremos clarificar o discurso e, a partir desse ponto, melhorar a pesquisa, o poder de intervenção e a eficiência política?

Uma vez que essa discussão avance para além da confusão causada pela mistura destes dois fenômenos distintos como idéias de atividade culturalmente compartilhadas e experiências pessoais ocupacionais, a pesquisa irá progredir rapidamente. As descobertas não serão esvaziadas por calcarem-se em estudos baseados em definições carregadas de valores e excessivamente descritivas, ou não-operacionais. Os aspectos de ocupação que nós valorizamos (p.ex.: sentido, propósito, complexidade, nível de engajamento) não irão mais estreitar as pesquisas ao terem de ser posicionados dentro de uma definição já existente, mas irão expandir suas possibilidades ao se tornarem variáveis a serem examinadas. Taxonomias que não apresentam dados não serão usadas como primeiro passo para a estruturação de investigações em áreas ainda não exploradas. Armadas de definições claras, pesquisas poderão começar a atacar questões importantes que anteriormente eram consideradas vagas, como medidas de equilíbrio de vida, diferenças culturais no repertório de atividades, ou a influência da mídia na experiência ocupacional. As interações entre atividade e ocupação poderão começar a ser examinadas. Ao utilizar definições precisas e não encravadas em teorias complexas, os resultados de várias pesquisas poderão ser mais facilmente sintetizados dentro de cada disciplina e o diálogo entre disciplinas poderá acontecer. Os efeitos desta separação serão energizantes para a pesquisa.

A diferenciação entre atividade e ocupação vai aumentar o poder de nossas intervenções ao apoiar o desenvolvimento de uma base de conhecimento que proporcione um "mapa" (Ottenbacher, 1996, p.329) para as práticas, indicando aonde estamos indo e quais as habilidades necessárias para se chegar lá. Terapeutas ocupacionais demandam uma compreensão sofisticada tanto dos repertórios culturais de atividades próprias para pessoas de idades e formação diferentes, como da natureza complexa da experiência ocupacional contextual construída por cada pessoa. A perspectiva de ocupação como uma experiência pessoal única vai direcionar a prática a técnicas mais sensíveis para acessar a perspectiva e os objetivos de cada cliente. Ver a ocupação como localizada num contexto real irá levar a prática a aplicações mais naturalistas e baseadas na comunidade. A compreensão de atividades como idéias compartilhadas culturalmente vai demandar dos terapeutas ocupacionais que atualizem constantemente potenciais intervenções para atividades representativas do cotidiano atual, ao invés de utilizarem parâmetros de uma ou duas gerações anteriores, e também demandará que reconheçam mais precisamente as variações culturais nas idéias de atividade.

A diferenciação entre ocupação e atividade também proporcionará suporte moral aos profissionais ao ajudá-los a ter clareza de quando eles estão atendendo aos valores do indivíduo e quando estão atendendo aos valores da sociedade. Os terapeutas estão em uma posição de poder em relação àqueles que estes atendem. Às vezes, os clientes não conseguem ter clareza das demandas de comportamentos próprios e atitudes produtivas da cultura. Quando nós traduzimos incondicionalmente os valores culturais de uma atividade em expectativas de resultados de uma intervenção sem considerar etnia, valores

ou limitações pessoais, nos tornamos impositores de convenções sociais. Ter clareza sobre quando estamos usando idéias culturais de atividade e quando estamos trabalhando com a experiência pessoal de ocupação, ou com padrões de ocupação desejáveis, nos ajudará na negociação ética da relação cliente-terapeuta-sociedade e dará apoio à nossa intenção de sempre agir a partir da base humanística da Terapia Ocupacional.

Politicamente, a profissão será muito beneficiada com a diferenciação entre atividade e ocupação, ao reivindicar o conceito de atividade como um domínio de conhecimento importante para o campo ao invés de abandoná-lo como se este fosse desnecessário. No mundo pós-moderno, não podemos nos apegar a uma linguagem única, mas sim adaptar nossa comunicação às audiências: clientes, instituições, estudantes e pesquisadores. A palavra atividade é uma palavra de senso comum que serve muito bem para comunicar de forma simples e geral. A utilidade de reivindicar o sentido cultural impreciso de atividade para dentro de nossa base de conhecimento é comparável à utilidade de delimitar os conceitos de brincar e trabalhar como as especialidades da Terapia Ocupacional, apesar dos juízos de valor históricos associados a estes termos.

O conceito de atividade também é utilizado de maneira importante no sistema de saúde em definições de serviços, avaliação de funções e níveis de deficiência, e até mesmo na denominação de áreas de atuação. A terapia ocupacional é uma profissão que há muito tempo carrega o encargo singular, na área da saúde, de buscar o retorno do funcionamento em áreas de atividades do cotidiano. Na revisão do ICIDH–2 (International Classification of Disease, Impairment and Handicap) — Classificação Internacional das Deficiências, Incapacidades e Desvantagens —, a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2000) definiu deficiência como barreiras para participação

nas atividades. O uso do conceito de atividade pela OMS (2000) refere-se à "execução de uma tarefa ou envolvimento em uma situação de vida em um ambiente uniforme" (p.9). O uso que o ICIDH-2 faz do termo atividade é congruente com a definição de atividade proposta aqui. O termo participação, conforme a OMS, assemelha-se à experiência ocupacional no sentido de que é uma medida da entrada e da interação de uma pessoa com o mundo contextual de seu "ambiente atual" (p.9). Atividade é uma área de expertise com a qual a Terapia Ocupacional vem sendo associada há muitos anos. Nós devemos reivindicá-la em todas as arenas políticas e usá-la para expandir vigorosamente nossa habilidade para oferecer serviços.

Conclusão

Atividade e ocupação são dois conceitos particularmente significativos e, talvez, os dois conceitos mais centrais do nosso campo. Estes conceitos requerem uma diferenciação. Ao desembaraçá-los, fortaleceremos a disciplina e a profissão, contribuiremos para a clareza de nosso discurso, a sofisticação de nossas pesquisas, o poder político da nossa profissão, para elevar o grau de confiança dos profissionais e para a eficácia das intervenções. Já é tempo que tanto atividade quanto ocupação sejam reconhecidas, honradas, estudadas e melhor utilizadas na vida das pessoas a quem servimos.

Agradecimentos

Agradeço a Ruth Zemke, PhD. OTR, FAOTA, pelos anos de explorações teóricas compartilhadas; Florence Clark, PhD, OTR, FAOTA, por sua persistência e desafio; e a American Occupational Therapy Foundation e Diane Parham, PhD, OTR, FAOTA, por apoiar a extensiva análise do brincar infantil que incubou muito do pensamento apresentado aqui.

Referências Bibliográficas

Amar, J. (1980) The physiology of industrial organization and the reemployment of the disabled. Easton, NJ: Hive publishing. (Original work published 1919).

American Occupational Therapy Association. (1983). Position paper: Purposeful activity. American Journal of Occupational Therapy, 37,805-806

American Occupational Therapy Association. (1994). Uniform terminology for occupational therapy – Third edition. American Journal of Occupational Therapy, 48,1047-1055.

American Occupational Therapy Association. (1995). Position paper: Occupation. American Journal of Occupational Therapy, 49,1015-1018.

Barrett, L; & Kielhofner, G. (1998). Theories derived from occupational behavior perspectives. In M. Neistadt & E. Crepeau (Eds.), Willard and Spackman's occupational therapy (9 th ed; pp. 525-535). Philadelphia: Lippincott

Bourdieux, P. (1977). An outline of practice. New York: Cambridge University Press

Breines, E. (1984). The Issue Is – An attempt to define purposeful activity. American Journal of Occupational Therapy, 38, 543-544.

Carlova, J; & Ruggles, O. (1946). The healing heart. New York: Julian Messner.

Carlson, M. E; & Clark, F. A. (1991): The search for useful methodologies in occupational science. American Journal of Occupational Therapy, 45, 235-241.

Christiansen, C. (1994). A classification and study in occupation: A review and discussion of taxonomies. Journal of Occupational Science, 1, 3-21.

Christiansen, C. (1996). Three perspectives on balance in occupation. In R. Zemke & F. Clark (Eds.), Occupational science: The evolving discipline (pp. 431-451). Philadelphia: F. A. Davis.

Clark, F. A; Parham, D; Carlson, M. E.; Frank, G; Jackson, J; Pierce, D; Wolfe, R. J; & Zemke, R. (1991). Occupational science:

Academic innovation in the service of occupational therapy's future. American Journal of Occupational Therapy, 45, 300-310.

Clark, F; Wood, W; & Larson, E. (1998). Occupational science: Occupational therapy's legacy for the 21st century. In M. Neistadt & E. Crepeau (Eds.), Willard and Spackman's occupational therapy (9th ed; pp.13-21). Philadelphia Lippincott.

Crabtree, J. L. (1998). The end of occupational therapy . American Journal of Occupational Therapy, 52, 205-214.

Creighton, C. (1992). The origin and evolution of activity analysis. American Journal of Occupational Therapy, 46, 45-48.

Crepeau, B. (1998). Activity analysis: A way of thinking about occupational performance. In M. Neistadt & E. Crepeau (Eds.), Willard and Spackman's occupational therapy (9th ed; pp. 135-147). Philadelphia Lippincott.

Cross, G. (1990). A social history of leisure since 1600. State College, PA: Venture.

Cynkin, s. (1995). Activities. In C. Royeen (Eds.), The practice of the future: Putting occupation back into therapy (pp. 7-1-7-52). Bethesda, MD: American Occupational Therapy Association.

Fidler, G; & Velde, B. (1999). Activities: Reality and symbol. Thorofare, NJ: Slack.

Foucault, M. (1970). The order of things. New York: Pantheon. Gilbreth, F. (1911). Motion study: A method for increasing the efficiency of the workman. Easton, NJ: Hive Publishing.

Gilbreth, F; & Gilbreth, L. (1973a). Applied motion study: A collection of papers on the efficient method of industrial preparedness. Easton, NJ: Hive Publishing. (Original work published 1916).

Gilbreth, F; & Gilbreth, L. (1973b). Fatigue study: The elimination of humanity's greatest unnecessary waste. Easton, NJ: Hive Publishing. (Original work published 1916).

Gilbreth, F; & Gilbreth, L (1973c). Motion study for the handicapped Easton, NJ: Hive Publishing. (Original work published 1920).

Golledge, J. (1998). Distinguishing between occupation, purposeful activity and activity, part 1: Review and explanation. British Journal of Occupational Therapy, 61, 100-105.

Gray, J. (1997). A phenomenological perspective on occupation. Journal of Occupational Science: Australia, 4, 5-17.

Hall, E. T. (1983). The dance of life: The other dimension of time.

New York: Doubleday.

Harris, M. (1981). Why nothing works: The anthropology of everyday life. New York: Simon & Schuster.

Heidegger, M. (1962). Being and time. New York: Harper. Kielhofner, G. (1978). General systems theory: Implications for theory and action in occupational therapy. American Journal of Occupational Therapy, 32, 637-645.

Lamport, N; Coffey, M; & Hersch, G. (1983). Activity analysis handbook. Thorofare, NJ: Slack.

Lave, J. (1988). Cognition in practice. New York: Cambridge University Perss.

Lin, K; Tickle-Degnen, L; & Coster, W. (1997). Enhancing occupational performance through occupationally embedded exercise: A meta-analytic review. Occupational Therapy Journal of Research, 17, 25-47.

Malinowski, B. (1978). A theory of culture. Chapel Hill, NC: University of North Carolina Press.

Mattingly, C;& Fleming, M. (1994). Clinical reasoning: Forms of inquiry in a therapeutic practice. Philadelphia: F.A. Davis.

Meyer, A. (1922/1977). The philosophy of occupation therapy. American Journal of Occupational Therapy, 31, 639-642. (Original work published 1922).

Moore, A. (1992). Cultural anthropology: The field study of human beings. San Diego, CA: Collegiate.

Mosey, A. C. (1992). Applied scientific inquiry in the health professions. Rockville, MD: American Occupational Therapy Association.

Nelson, D. L. (1996). Therapeutic occupation: A definition. American Journal of Occupational Therapy, 50, 775-782.

Nelson, D.L. (1997). Why the profession of occupational therapy will flourish in the 21st century, 1996 Eleanor Clarke Slagle lecture. American Journal of Occupational Therapy, 51, 11-24.

Ottenbacher, K. (1996). Academic disciplines: Maps for professional development. In R. Zemke & F. Clark (Eds.), Occupational science: The evolving discipline (pp. 329-330). Philadelphia: F. A. Davis.

Peloquin, S.M. (1991). Looking Back — Occupational therapy service: Individual and collective understandings of the founders, part 2. American Journal of Occupational Therapy, 45, 733-744.

Pierce, D. (1996). The work of scholars. In R. Zemke & F. Clark (Eds.), Occupational science: The evolving discipline (pp. 125-141). Philadelphia: F. A. Davis.

Pierce, D. (in press). Occupational by design: Dimensions, therapeutic power, and creative process. American Journal of Occupational Therapy.

Pierce, D; & frank, G. (1992). A mother's work: Two levels of feminist analysis of family-centered care. American Journal of Occupational Therapy, 46, 972-980.

Primeau, L. A. (1996). Work and leisure: Transcending the dichotomy. American Journal of Occupational Therapy, 50, 569-577.

Reilly, M. (1974). Play as exploratory learning. Beverly Hills, CA: Sage.

Russell, B. (1989). My mental development. In P. A. Schilpp (Ed.), The philosophy of Bertrand Russell (pp. 1-20). La Salle, IL: Open Court.

Slagle, E. C. (1992). Training aids for mental patients. Archives of Occupational Therapy, 1, 11-19.

Steinbeck, T.M. (1986). Purposeful activity and performance. American Journal of Therapy, 40, 529-534.

Strauss, A. (1993). Continual permutations of action. New York: Aldine de Gruyter.

Taylor, F. (1967). The principles of scientific management. New York: Norton. (Original work published 1911).

Trombly, C. A. (1995). Occupation: Purposefulness and meaningfulness as therapeutic mechanisms, 1995 Eleanor Clarke Slagle lecture. American Journal of Therapy, 49, 960-972.

Vallacher, R; & Wegner, D. (1987). What do people think they're doing? Action identification and human behavior. Psychological Review, 94, 3-15.

Wittgenstein, L. (1980). Remarks on the philosophy of psychology (Vol. I & II). Chicago: University of Chicago Press.

Wood, W. (1996). Legitimizing occupational therapy's knowledge. American Journal of Occupational Therapy, 50, 626-634.

World Health Organization. (2000). ICIDH-2: International classification of disability and health (Prefinal draft). Geneva, Switzerland: Author. Retrieved from the World Web November 11, 2000:

http://www.who.int/icidh/introduction.htm

Wu, C; & Lin, K. (1999). Defining occupation: A comparative analysis. Journal of Occupational Science, 6, 5-12.

Yerxa, E.J. (1983). Audacious values: The energy source for occupation therapy practice. In G. Kielhofner (Ed.), Health through occupation (J. 149-162). Philadelphia: F.A.Davis.

Yerxa, E.J. (1991). Nationally Speaking-Seeking a relevant, ethical, c realistic way of knowing for occupational therapy. American Journal Occupational Therapy, 45, 199-204.

Yerxa, E.J. (1998). Occupation: The keystone of a curriculum for a sidefined profession. American Journal of Occupational Therapy, 52, 3 ℓ 372.

Yerxa, E.J; Clark, F; Frank, G; Jackson, J; Parham, D; Pierce, D; Stein, C Zemke, R. (1989). An introduction to occupational science: A foundati for occupational therapy in the 21st century. Occupational Therapy Health Care, 6(4). 1-18.

Yoder, R. M; Nelson, D. L; & Smith, D.A. (1989). Added-purpose versus reexercise in female nursing home residents. American Journal Occupational Therapy, 43, 581-586.

Zemke, R; & Clark, F. (1996). Preface. In R. Zemke & F. Clark (Eds Occupational science: The evolving discipline (pp. vii-xvii). Philadelph F.A. Davis.